

# A ESTÉTICA DA CIÊNCIA QUE DESEJA EMANCIPAÇÃO E AS POTÊNCIAS DAS METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS E INTERVENTIVAS

Marcos Roberto dos Santos Amaral\*

Mas também sei que qualquer canto é menor do que a vida de qualquer pessoa  
(*Como nossos pais*, Belchior).

**RESUMO:** Problematizando noções de pesquisador, pesquisa, ciência, sujeitos e movimentos retóricos em metodologias participativas e interventivas, discutimos que elas evidenciam seu momento estético por empatia e coapreciação para com valores dos sujeitos que compõem a pesquisa, a partir do que os elementos retóricos serão organizados, assim disparando ações autênticas em campo para enfrentar violências históricas.

**Palavras-chave:** Emancipação. Ciência. Metodologias participativas e interventivas.

## As potências das metodologias participativas e interventivas

Um primeiro ponto que podemos destacar sobre o potencial transformador das metodologias participativas e interventivas é sua aproximação autêntica com grupos historicamente invisibilizados pelas formas de poder e saber hegemônicas, o que é um ato indispensável para o que Boaventura (2018) observa como justiça cognitiva, passo essencial para a justiça social.

Essas pesquisas abrem espaço no mundo acadêmico o qual, assim, conseqüentemente, assume sua face política para grupos marginalizados, como ocorre como, por exemplo, em pesquisas tais a de Oliveira e Abreu (2017), que se insere nos contextos sociais do bairro de periferia Conjunto Palmeiras/Fortaleza-CE e à comunidade rural da Barra do Leme/Pentecoste-CE; a de Cefai (2010), quanto aos moradores de rua de Paris; como a de Kastrup e Passos (2013), em relação à pessoas cegas, usuários da rede de saúde mental, trabalhadores do SUS, jovens em conflito com a lei, comunidades de favelas cariocas, jovens internautas ou mulheres negras HIV soropositivas; como a de Alencar, Carvalho e Mendes (2015), quanto ao movimento social rural M21 da Chapada do Apodi/Limoeiro do Norte-CE.

Outro ponto que destacamos é a vontade declarada de se posicionar em favor da dor de grupos oprimidos, o que não percebemos, pelo menos com o mesmo vigor e entusiasmo, em metodologias não participativas e interventivas<sup>1</sup>. O terceiro a destacarmos é a relação de parceria que os pesquisadores, em todos os momentos da pesquisa, reiteram para que os grupos que se engajam na pesquisa possam se encontrar em condição de transformarem sua realidade opressora (ou seja, não são apenas “objetos pesquisados”).

É com estas três dimensões das pesquisas que se fundam em metodologias participativas e interventivas que discutiremos sobre concepções de ciência, organização da pesquisa, a condição do sujeito que pesquisa em campo, para discutirmos a respeito de uma estética da ciência que se avizinha dessas metodologias.

O objetivo, portanto, deste ensaio é discutir (sem qualquer pretensão de exaustividade ou de dar cabo a alguma espinhosa questão; apenas com o propósito de apresentar alguns comentários preliminares sobre um primeiro contato com leituras e conversas a respeito das

---

\* Doutorando do Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada da Universidade Estadual do Ceará - PosLA-UECE. Professor da Secretaria da Educação Básica do Ceará, EEEP Profa. Marly Ferreira Martins. Mestre em Linguística Aplicada pelo PosLA da UECE e graduado em Letras Português e Literaturas pela mesma instituição. Membro do Grupo de Estudos Bakhtinianos do Ceará (GEBACE) e do Grupo de Estudos Deleuze & Guattari (GEDEG). Bolsista da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP). Professor (licenciado para estudos) da rede estadual de ensino do Ceará - SEDUC-CE. E-mail: roberto.amaral@aluno.uece.br

metodologias participativas e interventivas) sobre de que maneira o potencial analítico, teórico e político destas pode ampliar o debate sobre a necessidade de se problematizar quem é o pesquisador, sua trajetória acadêmica e social, como tal trajetória e identidade interfere na construção da pesquisa em específico e da ciência em geral; como se podem abordar os sujeitos sociais, de maneira que estes possuam um lugar protagonista na pesquisa e como tal lugar deve orientar-se para disparar possibilidades de solução dos problemas destes sujeitos; do mesmo modo que como estas problematizações estão envoltas às problematizações sobre as formas de organizar uma pesquisa em seus movimentos retóricos e estruturas composicionais; e, enfim, como as concepções de ciência podem estar mais afeitas ou não a estas metodologias.

### **Concepção de ciência e as metodologias participativas e interventivas**

Ao refletir sobre metodologias participativas e interventivas, pode-se pensar sobre o que as distingue das metodologias não participativas e interventivas e, mais, quais as distinções entre pesquisa participante, pesquisa-ação, cartografia, etnografia discursiva e etnografia militante, as quais se enquadram enquanto metodologias participativas e interventivas. De imediato, percebe-se que essas metodologias distinguem-se por reivindicarem o potencial ético da pesquisa de ir a campo e engajar-se com os membros da comunidade em que o pesquisador se insere a fim de diminuir as consequências de algum problema social que a desgasta historicamente. Pode-se, assim, apoiado em Certeau (1998), dizer que as metodologias participativas e interventivas são uma *arte científica de fazer* (ciência e política) *com* a sociedade oprimida, a qual, em seus usos singulares, possibilita a emergência de subversões de usos hegemônicos.

Disto, percebemos uma distinção epistemológica das metodologias participativas e interventivas que é assumir um conjunto de valores, crenças e concepções de mundo orientados para a necessidade de que todo ato humano deve carregar-se de sentidos e volições comprometidos eticamente com as causas sociais, os quais delinearão a pesquisa no exercício científico. Desse modo, o paradigma sobre o qual repousam estas metodologias, sobretudo, nega as vontades positivistas de neutralidade, por que em nome desta o pesquisador pode (cinicamente) arrogar isenção diante das mazelas sociais (a miséria da ciência!) e as de distinção categórica entre sujeito e objeto de pesquisa, porque, tanto é sobre esta distinção que aquela neutralidade se funda, quanto é sobre esta distinção que se institui uma das dificuldades das metodologias participativas e interventivas, a saber, a quem compete estabelecer as linhas de ação e os problemas a atacar, na pesquisa: ao pesquisador – “sujeito” da pesquisa –, que não é um membro autêntico do lugar para onde vai pesquisar, ou do grupo – “objeto” da pesquisa –, que, de fato, são os sujeitos autênticos do lugar onde se desenvolve a pesquisa, mas, em geral, não dominam, no sentido de Bourdieu (2001), os capitais científicos requeridos socialmente numa pesquisa<sup>2</sup>.

Tal questão é capciosa, especialmente, porque tende a inverter uma lógica que subjaz aos interesses éticos da participação e intervenção – a de que o pesquisador não deve propor algo como se fosse ele quem sentisse autenticamente o lugar, o tempo e os sentidos característicos da comunidade, ou seja, não deve confundir-se com o sujeito do campo de pesquisa – de maneira que em nome do capital científico (os interesses do “sujeito” da pesquisa) se negligencie o capital histórico do campo (os interesses do “objeto” da pesquisa).

De fato, uma das controvérsias (criativas) que os diversos paradigmas antipositivistas – sejam estruturalista, materialista dialético, culturalista ou da complexidade – tende a discutir é sobre a “qualidade” da participação e intervenção. Em outras palavras, se elas são invasivas, partido do pesquisador, ou se são protagonistas, partindo dos sujeitos do campo e, mesmo, se,

de fato, são perceptíveis: se não são tão sutis que não se consegue delimitar se partiram de alguma das partes ou se de sua comunhão criativa.

Logo, quando se pensa que o cientista participa de um ritual social com o qual ele é legitimado a poder saber, dizer e fazer determinada ação, por exemplo, participar e intervir numa dada realidade social (campo), a qual, por diversas razões institucionais, as demais pessoas não o podem, dentre as quais, os próprios membros da comunidade do campo, na condição mesma de não pesquisadores; percebe-se que, por questões de poder, tanto político, quanto acadêmico, a relação pesquisador e comunidade (sujeito x objeto) é constrangida pela concepção que se tem de ciência, através da qual serão admitidas certas licenças do pesquisador ou não, como ser mais, incisivamente, diretivo; ou mais, cuidadosamente, atento a encaminhamentos autóctones<sup>3</sup>.

As epistemologias das metodologias participativas e interventivas, portanto, delineiam-se, em grande medida, conforme a maneira como concebem a ciência. Ora, é com tal concepção que os usos que tais metodologias fazem dos possíveis procedimentos (Histórico, comparativo, clínico, experimental, estatístico, etnográfico, cartográfico, por exemplo), tipos (estudo de caso, documental, bibliográfica, etnográfica, netnográfica, pesquisa-ação, participante, etc.), técnicas (observação participante, grupo focal, autoconfrontação, por exemplo) e instrumentos para geração de dados (entrevistas, questionários, testes cognitivos, gravações, diários de campo, etc.) das pesquisas serão carregados de potenciais emancipadores ou não. Consideramos que muitas vezes os componentes da estrutura de uma pesquisa por si não a tornam, emancipadoramente, participativas e interventivas, haja vista que a “ciência” mercantil, promove entrevistas, questionários, diários de campo, bem como estudos de caso, netnografias, a fim de rastrear tendências de consumo, para pôr, mais eficientemente, algum produto no mercado.

A estrutura da pesquisa terá valor emancipador, especialmente, a depender dos interesses políticos do pesquisador, que serão legitimados, caso a concepção de ciência na qual as práticas e as instituições desse pesquisador se inscrevem e se deflagram oriente-se para tais interesses éticos.

### **As metodologias participativas e interventivas e a organização da pesquisa – movimentos retóricos e estruturas**

Pesquisas como as financiadas pelas indústrias farmacêuticas ou armamentistas são validadas em geral, academicamente, sobretudo, por uma metodologia considerada rigorosa. Destacamos desde já que o problema a discutirmos por ora não é o rigor metodológico, antes, é o fato de que estas pesquisas em termos de justificativas e objetivos – responder a interesses políticos e do mercado – são absolutamente questionáveis (considerando-se pensar em benefício dos grupos marginalizados). No entanto, na prática, isto não é suficiente para, academicamente, serem desqualificadas.

Isto se dá, porque, embora teoricamente se anuncie que todos os movimentos retóricos da pesquisa são importantes (problema, justificativa, objeto, método, resultado, etc.) devendo esta orientar-se segundo a integralidade daqueles, ocorre que a se querer classificar uma pesquisa, pensa-se, sobretudo, nas técnicas e instrumentos de coleta de dados<sup>4</sup>. A sobredeterminação das técnicas e instrumentos sobre os outros movimentos expressa-se, por exemplo, na atenção que se requer sempre (por mais que haja pesquisas que não o requeiram) que seja dada à metodologia (reduzida à técnica e não enquanto epistemologia), muitas vezes, com mais extensão que a análise propriamente dita. Isto é válido, enfatizamos, quando assim a pesquisa o requerer; o problema é que nem todas o requerem, mesmo assim, a despeito da diversidade de pesquisas, cobra-se uma atenção sempre especial à metodologia, coisa que não

se cobra a justificativas ou a objetivos, por exemplo, que são, inclusive, em geral, discutidos muito rapidamente.

É sintomático que historicamente, em termos de manuais, a criação da metodologia do trabalho científico concentre-se na justeza, clareza, objetividade e eficiência (não à toa, os mesmos valores que caracterizam a atividade burguesa) de coleta e trabalho com dados e dê pouca atenção ao estudo das diversas justificativas que se pode ter para um trabalho, os diversos enfoques que se dão a dados objetos, as diversas formas de ordenar e interpretar resultados, além das variadas questões que podem ser levantadas (enfim todos estes movimentos retóricos são construções – contraditórias – sociais, que sofrem legitimação ou não, também, historicamente).

Toda essa diversidade, fundamentalmente, é tão rica quanto a diversidade de métodos e técnicas de pesquisa<sup>5</sup>. Porém, apenas técnicas e instrumentos de trabalho com dados ganharam destaque para se classificar uma pesquisa. Este destaque não deixa de ter sua emergência na cultura positivista que elegeu apenas pesquisas laboratoriais como modelo, de cujo exemplo, se beneficiam aquelas mesmas pesquisas das indústrias armamentistas e farmacêuticas.

Rigor metodológico, é claro, toda pesquisa deve ter e se não tiver não é pesquisa. Acontece que esse rigor, teoricamente anunciado como flexível e dinâmico, na prática é vivenciado como rigidez, para usar os termos de Bourdieu (2001). É comum entre estudantes afetos de desorientação, medo e insegurança levados ao paroxismo quando são instados a definir sua metodologia. Em geral, quando se trata da problemática ou dos objetivos o processo é mais pacífico (por mais que se tenha problema em verbalizá-los) e quando se trata da delimitação do objeto e análise de dados por mais que seja mais trabalhoso, ainda assim, as emoções não são tão desgastantes. Essa relação problemática com a metodologia se expressa, por exemplo, na produção de uma parte artificial na pesquisa apelando-se a enumerar definições “técnicas de técnicas” sem conexão orgânica com o restante da pesquisa (é certo que quando a pesquisa requer maior atenção à metodologia sua descrição é completamente harmônica com o restante da pesquisa. De fato, uma pesquisa só é pesquisa se cada um de seus movimentos retóricos está em harmonia).

Acreditamos que isto se dá porque o método acabou fetichizando-se. Ele, antes que uma reflexão que surge à medida que se pensa resolver os problemas levantados, alcançar os objetivos e operacionalizar o trabalho de análise, torna-se um imperativo que a comunidade acadêmica exige como prova de que efetivamente há uma pesquisa que se pode considerar (primado do cientificismo). Ele se torna uma “*élite*” dos movimentos retóricos que se impõe sobre eles, sobreposição também originada pela lógica positivista. E assim, muitas vezes, as pesquisas se organizam problematicamente por nelas os pesquisadores se engajarem respondendo a algo que de fato não é sua metodologia, mas uma pressão histórica de que sem um esmero especial para tais técnicas e instrumentos a pesquisa não terá reconhecimento como tal. O que endossa ainda mais os maus afetos que particularizam a relação pesquisador e metodologia.

Não se deve esquecer que estas questões estão, especialmente, em pauta porque determinadas pesquisas estão fugindo do modelo nortecêntrico cientificista de pesquisar, logo, seus métodos não satisfarão plenamente mais. Pense-se, por exemplo, que talvez seja interessante uma forma de se pesquisar a relação trabalhador e empregado através da escuta (uma hermenêutica [dos diálogos] das interações cotidianas) de conversas que se tratam ocasionalmente nos ônibus das cidades nos horários (em que eles mais parecem novos navios negreiros) entre 5 e 30 e 7 horas da manhã e 6 e 30 e 8 horas da noite quando os trabalhadores cansados, amontoados e pendurados trocam ideias sobre suas experiências. Se se defender uma pesquisa cuja técnica é “espreitar a conversa alheia”, por mais que os resultados problematizem autênticas vivências dos trabalhadores, ela não será aceita por que a coleta dos

dados não se estrutura oficialmente. Por mais que se diga que se deve escutar (não apenas metaforicamente) o objeto e não o dissecar.

Enfim, a metodologia como se destacou é fundamental a todas as pesquisas. Do mesmo modo que é fundamental questionar os seus limites e reclamar o valor dos demais movimentos, para tanto superar a fetichização da metodologia que faz surgir um fantasma que traumatiza e desvia a atenção de outros pontos também importantes (segundo os interesses de transformação social); bem como estabelecer que, por sob o termo metodologia se indica a postura epistemológica e os métodos de abordagem e de procedimentos, natureza, tipo, técnicas e instrumentos para coleta e trabalho com dados. Isto, porque é preciso ter claro sobre o que se está falando: se a epistemologia da ciência ou se as formas de organização da pesquisa.

O desenvolvimento das metodologias participativas e interventivas, a buscar garantir a validade científica da participação e intervenção, tenciona estas questões, a demonstrar a necessidade de uma integração orgânica entre a forma de organizar a pesquisa e os interesses transformadores dos grupos como os quais se relacionam os diversos sujeitos da pesquisa. Tal tensão, é preciso dizer, ocorre, especialmente, porque este desenvolvimento se efetiva através dos potenciais da ação, reflexão e nova ação com os participantes; do cuidado de ouvi-los, mesmo quando estes não falam estritamente para as questões de nossas pesquisas; da sensibilidade em perceber que os participantes possuem conhecimentos e modos de fazer e estar no mundo com as outras pessoas, sem os quais a ciência não pode passar, sob pena de isolar-se dogmaticamente<sup>6</sup>.

### **A condição diaspórica do sujeito que pesquisa em campo**

De acordo com Sovik (*apud* HALL, 2003, p. 15-6), as relações de identidade se delineiam enquanto um lugar que se assume, uma costura de posição e contexto, e não como uma essência ou substância a ser examinada. Nesse sentido, Hall (2003) destaca a tensão entre discursos e suas circunstâncias, inclusive, a entre quem narra (a ciência não deixa de ser uma forma de criar narrativas no mundo que produzem este mundo) e o que é narrado no trabalho crítico-teórico científico. De fato, a pesquisa científica está inevitavelmente comprometida com as visões de mundo do pesquisador e do lugar e do tempo em que ela está institucionalizada, por isso, a necessidade de se estar vigilante quanto à própria forma específica da própria existência, quando falamos daquilo que não está no nosso lugar, sem o quê, é possível que falemos acriticamente apenas “do continente [pé!] da própria experiência” (SOVIK, *apud* HALL, 2003, p. 17).

É importante considerar o que Hall (2003, p. 415) observa como uma singularidade de sua pesquisa, qual seja,

conheço intimamente os dois lugares [da ciência e do campo], mas não pertencço completamente a nenhum deles. É esta é exatamente a experiência diaspórica, longe o suficiente para experimentar o sentimento de exílio e perda, perto o suficiente para entender o enigma de uma “chegada” sempre adiada (é impossível voltar pra casa de novo, pois as experiências lá não são as mesmas aqui) (HALL, 2003, p. 415).

Esta condição se funda através das relações que o pesquisador mantém com os lugares da academia e do campo. No caso, Hall tem uma ligação de identidade com ambos. Quando o pesquisador foi (é) apenas um estrangeiro que se interessa – curiosa, exótica e/ou colonizadamente – pelo lugar desconhecido, sua compreensão deste lugar historicamente se tornou (torna) compreensão/dominação – sobreposição do ponto de vista do pesquisador sobre o do pesquisado. Por outro lado, quando o pesquisador passou a ter laços familiares com o campo de pesquisa a compreensão historicamente pôde ser (o que não quer dizer que seja por

si mesma) compreensão/emancipação – emergência de sentidos transformadores através da contradição de pontos de vista.

Ao refletir sobre as pesquisas que se voltam para as metodologias participativas e interventivas, percebe-se que elas estão carregadas dessa condição (o que reflete as políticas de inclusão de sujeitos historicamente marginalizados em espaços de empoderamento, como a universidade), uma vez que muitas vezes são pesquisadores que possuem algum vínculo pessoal com os problemas do campo, de maneira que a linha que distingue as fronteiras de quem seja o “sujeito” e o “objeto” da pesquisa não mais são rigorosas.

Não é à toa que as metodologias e concepções de ciência que assumem a transformação social de condições de exploração causadas por ordens hegemônicas estão ganhando cada vez mais espaço e poder no meio acadêmico, justamente no período em que mais membros de comunidades historicamente marginalizadas pelo *status quo* reclamam e ocupam esse meio.

### **A estética da ciência que deseja emancipação: princípios e imperativos**

A crítica da ciência que Bakhtin (2014) faz consiste na oposição à tendência de se explicar dado objeto abstraindo-o das suas relações complexas com outros objetos, isto é, retirando-o da unidade da cultura, assim o reificando, tornando o objeto, por assim dizer, unificado, expressão simples de um só ponto de vista de uma só prática social (conforme subjuga os demais). Para Bakhtin (2014, p. 31), toda produção humana “é concreta e sistemática, ou seja, ocupa uma posição substancial qualquer em relação à realidade preexistente de outras atitudes culturais”.

Ao contrário desta constatação, na produção científica conservadora

*o conhecimento não aceita a avaliação ética nem a formalização estética, mas afasta-se disso; nesse sentido, é como se não houvesse nada que preexistisse a ele, como se começasse desde o início, ou mais precisamente, como se o elemento da preexistência de algo significativo permanecesse à sua margem, recuasse para o domínio dos fatos históricos, psicológicos, biográficos e outros, casuais do ponto de vista do próprio conhecimento (BAKHTIN, 2014, p. 31, destaques do autor).*

A extradição dos conhecimentos não científicos do domínio desta ciência deslegitima-os na medida em que os constitui como conhecimentos desinteressantes, “casuais”, isto é, sem o rigor científico. Os métodos positivistas se sustentam em nome de uma vontade de verdade científica (não crédula, mística, popular, poética, etc.) contra formas de saber tidas como duvidosas (pela exclusão daquilo que não se adequasse aos modelos assépticos de saber, ou seja, aquilo que não coubesse no desenho empírico-laboratorial, eleito como única forma de se chegar à verdade). A ciência conservadora, assim, se torna um modo de experimentação purista, elitista e arrogante do mundo (tal qual pregam os princípios capitalistas) que tanto negligencia quanto quando necessário elimina outras experimentações do mundo.

Por outro lado, a ciência não conservadora, crítica de seus fundamentos positivistas, e engajada nas lutas sociais populares, seria aquela que, nos termos de Bakhtin (2014), reconhece e explora sua dimensão estética. Esta dimensão não implica que a prática discursiva acadêmica se identifica com as práticas artísticas. Absolutamente. A assunção de um momento estético de todo ato criativo humano evidencia que a criação exige sua feitura no cruzamento tenso das mais diversas posições axiológicas que compõem as práticas sociais. Caso não se satisfaça tal exigência apenas ocorre reprodução de ordens dadas. As práticas discursivas não são inócuas, elas sempre interferem nos modos de ser, de fazer e de estar no mundo. Este poder social decorre não de seu viés técnico de dissecação cognitiva das diversas realidades a que a ciência se propõe estudar, mas de sua visão estética: da contradição de

diversos pontos de vista sobre tal realidade, em cujas fronteiras indiscerníveis se vislumbra sociabilidades criativas. Esta assunção ainda evidencia a “*bondade singular, sua benevolência*” dos atos criativos humanos” (BAKHTIN, 2014, p. 33, destaques do autor), pois eles a fazer convergirem contraditórias axiologias para forjar seus sentidos não selecionam, dividem, abolem, nem repelem ou negligenciam nenhum ponto de vista (embora prudentemente fujam de práticas tradicionais de estados de coisas opressivos – a ação humana necessariamente não é suicida).

A ciência, portanto, para além da compreensão e exegese teóricas, delinea-se enquanto empatia, simpatia e coapreciação para com os valores axiológicos através dos quais o objeto se constitui (daí estética), na medida em que o cientista, crítico e engajado, é aquele cuja ação não responde unicamente à vontade de depurar as regularidades que se destacam do caos criativo que impede qualquer estabilização absoluta, é o que, atento a tal, elege como primordial “o elemento da novidade, da originalidade, a liberdade – o mundo a ser conhecido e provado” (BAKHTIN 2014, p. 34); não o mundo a ser catalogado. Explorar a visão estética constitutiva das práticas acadêmicas permite organizá-las, em semelhança (dando-se as devidas proporções) com a arte que “cria uma nova forma como uma nova relação axiológica com aquilo que já se tornou realidade para o conhecimento e para o ato” (BAKHTIN, 2014, p. 34).

Segundo Bakhtin (2010, p. 82-3), no ato o sujeito vê as pessoas individuais, únicas, não uma ideia de pessoa (por mais que ele queira comparar esta pessoa a essa ideia de pessoa), e lugares, coisas, acontecimentos, numa situação concreta (marcada pelo que ele percebe naquele instante, por mais que ele possa enquadrá-los num determinado conhecimento de mundo), com cuja interação,

simultaneamente lhe é dado o valor, concreta e realmente afirmado, destas pessoas, destes objetos, dos quais intui a sua vida íntima e os seus desejos; e fica-lhe claro também o sentido real e o sentido que merece consideração por conta das relações recíprocas entre ele, estas pessoas e estes objetos – a verdade (*pravda*) [singular e não abstrata] de um determinado estado de coisas (BAKHTIN, 2010, p. 83, destaques do autor).

A visão estética, organizada na interrelação entre os sujeitos sociais no mundo, garante que o ato criativo seja responsável, que não se insule pretenciosamente das demais posições sobre dado objeto. Ela, inclusive, pode garantir uma virada crítico-engajada da ciência, já que legitima que a prática científica se comprometa com as marginalidades que a tradição científica positivista estigmatizou como não científico, especialmente, por desconstruir a relação sujeito – o que sabe e tem autoridade para explicar e objeto – o inculto que precisa ser explicado ou a quem devem explicar o que fazer.

São também com tais imagens de ciência que são subvertidos os princípios e imperativos do fazer científico conservador, com o quê as metodologias participativas e interventivas encontram orientação epistemológica que lhes garante que suas estruturas e movimentos retóricos se carreguem de emancipatórios afetos que mobilizam as pessoas, corpos e sensações, como compreendem Deleuze e Guattari (1993).

### **As metodologias participativas e interventivas e as vidas das pessoas**

Ao final deste ensaio, reforçamos o potencial emancipador das metodologias participativas e interventivas, sobre o qual, a nosso ver, deveriam orientar-se todo o sentido de qualquer pesquisa, desde as formas de organização epistemológica, até a técnica de composição da pesquisa, passando pelos limites (entendidos nos termos de Moita Lopes (2006) INdisciplinares, enquanto diálogo ético entre diversas áreas e posturas políticas) de ação do

pesquisador, destacando que, no final das contas, uma pesquisa que deseja emancipação se faz evidentemente pela sua vontade de contribuir na luta do povo que sofre os ataques descomunais das elites patriarcais imperialistas, para qual se deve orientar suas dimensões epistemológicas e procedimentos de análise.

Nesse sentido, fazemos questão ainda de destacar que o grande desmérito deste ensaio é não ter ido a campo experienciar uma interação concreta com um grupo social específico, para poder sentir na pele os potenciais de perceber que com tal ida os participantes conseguiram mobilizar forças para contornarem os problemas que lhes afligem, seja reduzindo índices de gravidez ou danos à saúde por comportamentos de risco, ingresso na universidade, melhora nas práticas pedagógicas, ou seja, aumento na participação e ampliação do poder de ação de associações de moradores, movimentos rurais e de periferia. São por disparem estes sentidos e sensações que, acreditamos, as metodologias participativas e interventivas se distinguem, especialmente, das demais e, por isso mesmo, problematizam a ciência em geral.

Por conseguinte, estas metodologias preveem que o interesse da pesquisa não é “experimentar” a ida a um campo onde haja conflitos sociais históricos de abuso de poder para registrá-los em papel (o que a nosso ver seria uma fetichização da ida ao campo), antes é oportunizar, com a interação com os membros do grupo social, formas de emancipação. São seus efeitos na transformação da realidade que agem quando da pesquisa e, máxime, depois dela, seu interesse. É justamente por estas metodologias explicitarem a dimensão política da pesquisa (que a tradição positivista negou) que elas estão desestabilizando as expectativas sobre o que esperar ao receber, produzir, circular e participar de uma pesquisa (descrição, interpretação da realidade ou anúncio de sociabilidades não colonizadoras excludentes e autoritárias); e sobre as formas de organizá-la (neutralidade, distinção sujeito x objeto ou tomada de partido do sujeito pelos oprimidos, outros sujeitos).

Enfim, neste ensaio, buscamos refletir sobre como as metodologias participativas e interventivas lançam luz sobre a necessidade de refazer a imagem (teoricamente, estética e politicamente) da ciência a fim de nos inscrevermos historicamente, os pesquisadores/grupos marginalizados, contra as injustiças sociais, que sofrem/mos comunidades marginalizadas.

## **THE AESTHETICS OF SCIENCE THAT WANTS EMANCIPATION AND THE STRENGTHS OF PARTICIPATORY AND INTERVENTIONAL METHODOLOGIES**

**ABSTRACT:** Questioning notions of researcher, research, science, subjects and rhetorical movements in participatory and interventional methodologies, we discuss that they show their aesthetic moment through empathy and co-appreciation towards the values of the subjects that compose the research, from which the rhetorical elements will be organized, thus triggering authentic actions in the field to face historical violence.

**Keywords:** Empowerment. Science. Participatory and interventional methodologies.

- 1 Solidarizar-se com a dor do outro que sofre violências históricas é uma disposição que as metodologias participativas e interventivas estão trabalhando como elemento fundamental da organização da pesquisa, ato o qual, por força da conservadora pretensão de neutralidade, foi por muito tempo interdito ao pesquisador. Um dos motivos desta interdição político-acadêmica, que interessa na discussão deste ensaio, é o de que o pesquisador torna-se pesquisador enquanto adquire formação acadêmica, a qual se forja por se distinguir das formas de conhecimento postuladas como não científicas, o que já estabelece dois lugares distintos, o do pesquisador e o dos outros. Quando este pesquisador autóctone do *lócus* acadêmico se interessa a ir ao *lócus* não-acadêmico, este o faz, em geral, com intenção de conhecê-lo, isto é, por a prova as concepções de mundo do *lócus* acadêmico naquele outro lugar, de sorte que tal provação se sobrepõe às concepções de mundo deste outro lugar (os pés daqueles pisam – magoando-o – os pés destes, como diria Boff (1997). A visada sobre a

ida ao *locus* não-acadêmico com interesse de ser afetado pelas concepções deste outro lugar é mobilizada, especialmente, pelas metodologias participativas e interventivas. Para não cairmos em ideias salvacionistas de que alguém, instituição ou método seria a alternativa infalível e única, destacamos que seria leviano dizer que pesquisas tradicionais, por si, seriam reacionárias pelo fato de não pretenderem participação e intervenção (a não ser aquelas que estão impregnadas de interesses comerciais), é claro que o trabalho de Conte ou de Bacon é de inegável importância para a sociedade e que a transformaram, no entanto, é inegável também que as condições materiais transformam-se e as intempéries sociais reclamam novos modos de estar no mundo com as pessoas. Logo, o que satisfazia pode não satisfazer mais. A pesquisa precisa refazer-se, para acompanhar os desejos sociais, no caso, as metodologias participativas e interventivas, acreditamos, sensibilizaram prontamente com a necessidade atual da academia entrar em comunhão com os grupos minoritários (não pisar – politicamente – mais nos pés dos marginalizados). Enfim, é preciso destacar que a ciência é uma construção histórica que responde - contraditoriamente - às diversas instituições, demandas e interesses sociais de maneira que a forma como se organiza é um indicador das práticas sociais fundamentais na qual está inserida. Assim, as epistemologias e ontologias do que concebemos como ciência que “nascem” dentro do horizonte iluminista não podem ser problematizadas criticamente sem que se considere as singularidades históricas que situam estas epistemologias e ontologias.

- 2 Não é a vontade de constatação de uma verdade que motiva a organização da pesquisa, mas a vontade de transformação de uma realidade opressiva que a motiva. Esta vontade transformadora já é uma forma de refeitura dos fundamentos da ciência.
- 3 As singularidades da qualidade da intervenção são uma forma de delimitação das diversas metodologias participativas e interventivas.
- 4 A constatar tal problema, não estamos afirmando que as técnicas de coleta, gestão e análise de dados não compõem a metodologia nem que não sejam importantes. Pelo contrário, uma pesquisa terá sérios problemas se não proceder com zelo quanto à elaboração de categorias e procedimentos para analisar os dados, à seleção e organização de instrumentos de geração deles, principalmente, correrá o risco de ser desonesta para com os participantes da pesquisa se registrar sem uma adequada técnica metodológica suas participações, do mesmo modo que correrá o risco de sequer conseguir estabelecer uma linha de ação para desenvolver a própria pesquisa. Estamos, com efeito, atentando para o fato de reduzir o termo metodologia a técnicas e instrumentos de trabalho com dados, desconsidera-se que este termo implica também questões sobre a concepção de ciência e conseqüentemente sobre o que esperar e exigir da atuação, teórica e ética, do cientista, ou seja, uma epistemologia. Estamos também atentando para o fato de que pesquisadores em geral tendem a supervalorizar as técnicas e instrumentos de coleta de dados (a fetichização), fazendo da pesquisa um produto cuja qualidade depende intransigentemente da “arquitetura” destas técnicas e instrumentos, mesmo que os seus resultados sejam socialmente desastrosos, como se percebe com a indústria armamentista ou a do *mass media*.
- 5 É claro que estes movimentos retóricos foram estudados e hoje estão cada vez mais em pauta, mas é fato que historicamente a metodologia os ofuscou, tanto é que o imaginário social comum do cientista, como podemos constatar na cultura pop, é o do homem branco, muitas vezes louco, enclausurado em um laboratório (onde experimenta *tecnicamente* algum objeto).
- 6 Podem ser, também, com estas singularidades (e suas radicalizações) das potências das metodologias participativas e interventivas que as distinções entre etnografia, pesquisa-ação, cartografia, por exemplo, se estabelecem.

## Referências

ALENCAR, C.; CARVALHO, S.; MENDES, J. E. Práxis educativa e discursiva no movimento 21: transgressões de fronteiras e hibridismo emancipatório. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, v. 16. n. 2., p. 160-175, 2015.

BAKHTIN, M. *Questões de literatura e estética: a teoria do romance*. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

BAKHTIN, M. *Para uma filosofia do ato responsável*. São Carlos: Pedro e João, 2010.

BOFF, L. *A águia e a galinha: metáfora da condição humana*. Petrópolis: Vozes, 1997.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Tradução Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CEFAI, D. Provações corporais: uma etnografia fenomenológica entre moradores de rua de Paris. *Lua Nova*, n. 79, p. 71-110, 2010.

CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1998.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *O que é a filosofia?* 2. ed. Rio de Janeiro: 34, 1997.

HALL, S. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

KASTRUP, V.; PASSOS, E. Cartografar é traçar um plano comum. *Fractal, Rev. Psicol.*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 263-280, ago. 2013.

MOITA LOPES, L. P. (org.). *Por uma linguística aplicada INdisciplinar*. São Paulo: Parábola, 2006.

OLIVEIRA, C. T. F.; ABREU, E. Encontros e desencontros com a intervenção. In: GORCZEWSKI, D. (org). *Arte que inventa afetos*. Fortaleza: UFC, 2017.

SANTOS, B. S. *Na oficina do sociólogo artesão*. São Paulo: Cortez, 2018.

**Data de submissão: 13/09/2020.**

**Data de aceite: 15/10/2020.**